

# LITERATURA E CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: A SOCIABILIDADE CAPITALISTA NO ROMANCE *O DINHEIRO*, DE ÉMILE ZOLA<sup>1</sup>

LITERATURE AND CRITICISM OF POLITICAL ECONOMY:  
CAPITALIST SOCIABILITY IN THE NOVEL *MONEY*, BY ÉMILE ZOLA

Kleitton Wagner Alves da Silva Nogueira<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-5238-5262>

## RESUMO

Objetivamos, com o presente artigo, realizar uma reflexão em torno do romance *O dinheiro*, de Émile Zola, a partir da Crítica da Economia Política. Para tal, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a crítica da Economia Política desenvolvida por Karl Marx, com o intuito de apreendermos as especificidades do dinheiro no modo de produção capitalista e, com esta base, analisar a obra de Zola do ponto de vista crítico. Nossos principais resultados indicam a especificidade de um tempo histórico de transformações no capitalismo mundial, com estabelecimento dos monopólios e ascensão dos bancos e do capital financeiro como fração dominante das relações capitalistas. Outro elemento de destaque é o fetiche em torno do dinheiro que se autonomiza diante dos sujeitos de modo a cristalizar uma aparência de especulação e busca pela acumulação e pela obtenção de mais dinheiro, enquanto em essência há uma concentração de recursos nas classes dominantes.

**Palavras-chave:** Émile Zola; dinheiro; economia política; literatura.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e produzido no âmbito do projeto de extensão Crítica Literária e Crítica da Economia Política, coordenado por Rodrigo Delpupo Monfardini, professor de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), a quem agradeço pela leitura prévia do escrito e sugestões de alterações estéticas e teóricas.

<sup>2</sup> Licenciado em Geografia (UFCG); Bacharel em Administração (UEPB), Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela UFCG. Pesquisador do Grupo Práxis/UFCG. E-mail: kleitton\_wagner@hotmail.com

## ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on Émile Zola's novel *Money*, from the point of view of the Critique of Political Economy. We carried out a bibliographical survey of Karl Marx's critique of Political Economy in order to understand the specificities of money in the capitalist mode of production so that we could analyse Zola's work from a critical point of view. Our main results indicate the specificity of a historical time of transformations in world capitalism, with the establishment of monopolies and the rise of banks and financial capital as the dominant fraction of capitalist relations. Another element that stands out is the fetish surrounding money, which becomes autonomous from the subjects in such a way as to crystallise the appearance of speculation and the quest to accumulate and obtain more money, while in essence there is a concentration of resources in the ruling classes.

**Keywords:** Émile Zola; money; political economy; literature.

## I. INTRODUÇÃO

Na perspectiva sociológica, a literatura pode ser utilizada na apreensão e no entendimento da realidade social. A capacidade criativa de um autor não está acima e nem é externa às relações sociais de produção estabelecidas na sociedade, sendo uma análise concreta do que muitas vezes se observa e visa processar mediante a escrita. Esta disciplina, ao analisar as relações sociais, pode buscar na literatura uma compreensão das sociabilidades, dos costumes, dos processos e das dinâmicas sociais trabalhadas em obras literárias de distintos estilos e temas. Essa dinâmica envolve um olhar sobre as premissas de um romance, não apenas de sua estrutura formal, mas também do seu conteúdo.

No romance é possível perceber uma leitura da realidade social desde uma perspectiva internacional em nomes como os de Victor Hugo (1802-1885), com as descrições da sociedade e dos costumes; Honoré de Balzac (1799-1850), com a narração minuciosa da sociedade francesa na decaída da monarquia e ascendência da burguesia em obras como *A comédia humana* (1842); passando por obras nacionais do cariz das de Machado de Assis (1839-1908), denunciando a situação social de um Brasil com práticas escravagistas; Lima Barreto (1881-1922), em romances que denunciam o racismo e a iniquidade social; e Carolina Maria de Jesus (1914-1977), com a externalização do pauperismo e da iniquidade social no Brasil.

Sendo assim, a análise da literatura funciona como uma investigação da sociedade, uma vez que as descrições, a construção de personagens, o enredo e a dinâmica interna de um determinado romance estão enquadrados numa relação social, e mesmo da capacidade criativa de um

autor. Afastando qualquer teoria de um suposto reflexo descritivo, o autor, ao tempo que produz uma determinada obra, também é leitor e analista da realidade social da qual faz parte. Ele produz formas de leitura da sociedade e atua como intelectual orgânico, ao produzir cultura e defender os interesses de determinada classe social, nos termos postos por Antonio Gramsci (2001).

A relação entre literatura e sociedade, portanto, pode ser trabalhada pelos cientistas sociais desde que se atentem às questões metodológicas pertinentes, como a base teórica a partir da qual se cogita fazer a leitura e a análise de determinado romance e de características do autor ou da autora em questão, bem como da dinâmica social que a obra revela. Desse modo, ao considerarmos estas premissas, o presente artigo objetiva realizar uma reflexão em torno do romance *O dinheiro*, de Émile Zola, a partir da Crítica da Economia Política. Este romance é um clássico da literatura francesa, e reflete a dinâmica de um tempo histórico específico no qual o capitalismo dava seus passos rumo ao processo de consolidação dos monopólios, no século XIX.

Como suporte teórico-metodológico para alcançarmos esse objetivo, lançamos mão da crítica da Economia Política realizada por Karl Marx n' *O Capital* (Livro I), do qual tomamos especificamente seu capítulo inicial, de teor mais abstrato: "a mercadoria"; e também o livro III: *O Processo Global da Produção Capitalista*. Buscamos, assim, fazer a conexão dos elementos desvelados por Zola referentes à sociabilidade capitalista, mas utilizando a fortuna crítica de Marx no apontamento do dinheiro como uma mercadoria que apresenta características peculiares. Nesse sentido, além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo está subdividido em três partes: na primeira tecemos considerações sobre a relação existente entre literatura e sociedade; na segunda evidenciaremos aspectos principais da obra de Zola, chamando a atenção para a função do dinheiro na sociabilidade capitalista; e, na última parte, trazemos as reflexões de Marx sobre a mercadoria dinheiro, realizando uma síntese a partir dos elementos existentes no romance de Zola.

## LITERATURA E SOCIEDADE: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS

Ao considerarmos que a Sociologia enquanto campo do conhecimento científico tem seus alicerces fincados no século XIX, com a contribuição de autores clássicos como Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920), os problemas que este campo do saber se propõe a desvelar possuem distintas especificidades. Compreender a sociedade como objeto de reflexão desta área promove uma imersão em suas múltiplas determinações, as quais engendram a relação entre os homens em seus aspectos econômicos, sociais e políticos.

Neste aspecto, a literatura desempenha uma função específica nos estudos da Sociologia. Como expressão criadora humana, a produção literária se insere numa visão relacional, sendo seu material condição da experiência do ser em sociedade, mostrando, muitas vezes, o espírito de uma época como bem nos revela a carta de Engels, datada de 1888 e endereçada à escritora inglesa Margaret Harkness sobre a especificidade da obra de Honoré de Balzac:

[...] Balzac concentra toda a história da sociedade francesa, sociedade que conheci mais em seus livros inclusive no que tange a detalhes econômicos (por exemplo, a redistribuição da propriedade da realeza e da propriedade privada depois da Revolução) – que nos textos de todos os especialistas do período, historiadores, economistas e estatísticos tomados em conjunto (Engels, 2012, p. 68).

O conhecimento de uma determinada organização social pela literatura pode fornecer pistas ao(à) sociólogo(a) para que este(a) entenda as contradições sociais e as relações de poder estabelecidas. Todavia, como nos lembra Antonio Candido (1918-2017), a literatura apresenta uma função humanizadora de confirmar a humanidade do homem em sociedade. Se por um lado o escritor produz uma obra tendo como sua matéria-prima a perspectiva experiencial da leitura social, o leitor é impactado por essa externalização de fatos, de aspectos e de detalhes contidos em personagens, estórias e características que vão se construindo em distintos enredos (Candido, 1972).

Nesta função humanizadora da literatura, podemos evidenciar um conjunto de características que Antonio Candido nos apresenta. Uma primeira seria o exercício de um certo tipo de função psicológica, ao considerarmos a necessidade universal de ficção e de fantasia que coexistem com o homem:

A literatura propriamente dita é uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal, cujas formas mais humildes e espontâneas de satisfação talvez sejam coisas como a anedota, a adivinha, o trocadilho, o rifão. Em nível complexo surgem as narrativas populares, os cantos folclóricos, as lendas, os mitos. No nosso ciclo de civilização, tudo isto culminou de certo modo nas formas impressas, divulgadas pelo livro, o folheto, o jornal, a revista: poema, conto, romance, narrativa romanceada (Candido, 1972, p. 83).

A literatura sintetiza essa característica humana, esta necessidade de ficção e fantasia por meio dos romances. Sem embargo, é preciso destacar que esta fantasia não tem um aspecto essencialmente puro, mas como sua produção é parte das relações concretas de produção que se estabelecem numa sociedade, referir-se a elementos naturais, desejos, fatos e explicações; é inerente à própria experiência humana. Outra característica apontada pelo autor seria a função formativa de tipo educacional. Esta ultrapassa a visão estritamente pedagógica por formar, mas não o faz seguindo os parâmetros de uma Pedagogia oficial, que a enxerga de modo ideológico a partir do belo e do verdadeiro, definidos pelas classes dominantes. Ela educa mediante o impacto da vida com sua complexidade e dialética (Candido, 1972). Uma última característica seria a função de conhecimento do mundo e do ser. Antonio Candido chega a propor a seguinte indagação:

[...] o fato de consistir na construção de obras autônomas, com estrutura específica e filiação a modelos duráveis, lhe dá um significado também específico, que se esgota em si mesmo, ou lhe permite representar de maneira cognitiva, ou sugestiva, a realidade do espírito, da sociedade, da natureza? (Candido, 1972, p. 85).

O autor salienta que para muitas correntes teóricas, a literatura é considerada uma forma de conhecimento, e não apenas uma expressão de um determinado literato. Para tanto, considera que uma obra literária é produto das personalidades humanas e do mundo que

apresenta um significado, ao mesmo tempo em que não invalida as fontes de inspiração no real e sua atuação sobre ele.

Não sendo, portanto, apenas um mero espelho e reflexo, mas apresentando influência de uma personalidade criadora inserida num contexto social, político, econômico e de classe, entendemos que o(a) sociólogo(a) pode, diante de uma determinada obra e tendo à frente um material empírico por meio da literatura, estabelecer o nexos entre sociologia e sociedade como nos lembra Candido (2006), ao mostrar que só podemos entender uma obra literária considerando seu contexto de produção social, numa operação dialética de apreender a sociedade como fator preponderantemente da produção textual literária. Sendo assim, a literatura não é um mero reflexo mecânico de uma interpretação de mundo, mas está inserida nas relações sociais de produção, das quais os próprios autores e autoras fazem parte. Sendo assim, estes apreendem elementos da realidade a partir de seus interesses de classe, de suas interpretações e da cosmovisão.

Antonio Candido também alerta que o apontamento das dimensões sociais de uma obra literária seria uma tarefa de rotina, ou seja, destacá-las não bastaria para definir seu valor em si e seu caráter sociológico. Os estudos sociológicos em literatura oscilam entre seis grupos: a) pesquisas que relacionam o conjunto de uma literatura com as condições sociais; b) estudos que verificam a correlação entre aspectos reais e o que aparece num determinado livro; c) estudo da relação entre a obra e o público; d) investigação sobre a posição e a função social do escritor; e) análise sobre a função política das obras e dos autores; f) investigação hipotética das origens, seja da literatura em geral, seja de determinados gêneros (Candido, 2006). É necessário perceber que, dialeticamente, o meio social exerce influência sobre uma obra literária, mas esta também influencia o meio. No exercício de pensar a dialética do meio social sobre a produção literária, temos que perceber que:

[...] ambas as tendências tiveram a virtude de mostrar que a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (Candido, 2006).

Sendo assim, ao(à) Sociólogo(a) interessaria analisar as relações e as estruturas vinculadas à vida artística num duplo categorial causa-consequência. Os fatores socioculturais apresentam influência concreta na estrutura social, nos valores e nas ideologias que fazem parte de uma sociedade. Veremos esse aspecto na obra que propomos analisar neste artigo: o contexto no qual Zola produziu sua obra diz muito sobre como este aborda as relações sociais mediadas pela forma-dinheiro no nascedouro do imperialismo como movimento internacional. Observaremos, a seguir, que no conjunto de transformações do capitalismo no final do século XIX há uma leitura naturalista realizada pelo autor acerca do modo como o dinheiro acaba ganhando uma autonomia diante dos indivíduos, sendo perseguido por todos, e, ao mesmo tempo, escondendo a verdadeira faceta dos fenômenos constitutivos do capitalismo: a dominação de classe e a propriedade privada dos meios de produção.

## ZOLA E O DINHEIRO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

O contexto histórico de uma época diz muito sobre uma produção literária como a de Zola em *O Dinheiro*, obra lançada no ano de 1891. O romance naturalista é o décimo oitavo título da série *Les Rougon-Macquart*, cujo material foi produzido num total de vinte volumes pelo escritor francês, em que reflete sobre os costumes e os valores da sociedade francesa. No período de lançamento do livro, segunda metade do século XIX, temos um conjunto de transformações do capitalismo internacional. O enredo do livro se dá especificamente entre os anos de 1850 e 1860, interstício marcado por crises políticas e econômicas do capitalismo. Basta salientar que em 1848 houve eventos revolucionários na França que puseram fim à Monarquia de Julho (1830-1848) e deram lugar ao surgimento da Segunda República.

No início da década de 1850, Karl Marx produziu reflexões sobre o contexto político e o econômico da França na obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, na qual reconstrói, pela dialética materialista, a crise política francesa e a ascensão ao poder de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, por meio de um golpe de Estado apoiado em frações da burguesia francesa, especialmente aquela vinculada ao setor agrário, suspendendo assim os limites da própria república liberal burguesa (Marx, 2011).

Neste período também temos, do ponto de vista das Ciências Sociais, o surgimento de concepções e de interpretações acerca do processo de modernização capitalista em obras como: *Princípios de Economia*, de John Stuart Mill, publicado em 1848 (Mill, 2019); os *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858* (Marx, 2015); e *O Capital: crítica da economia política* (Livro I: O processo de produção do capital), publicado em 1867 (Marx, 2013). Além dessas obras, do ponto de vista da economia também houve a emergência das teorias marginalista e neoclássica, pautadas no individualismo metodológico (Brue, 2006).

A década de 1860 apresenta um ponto de clivagem significativo nas relações sociais de produção capitalista: a crise do capitalismo concorrencial e o surgimento dos monopólios e do imperialismo, tal como Lênin nos mostra:

O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados”. A partilha desse “saque” efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque (Lênin, 2012, p. 27).

Este cenário influenciou para que formações econômico-sociais centrais do capitalismo criassem bases para a importação de matérias-primas das colônias, visando alimentar o processo de industrialização, assim como na criação de mercados consumidores. Nos contextos francês e alemão, o período também é demarcado pela crise existente produzida pela guerra franco-prussiana de 1870. É neste cenário que Zola traça um enredo que vincula o dinheiro como centro das relações sociais, com personagens que expressam sentimentos, desejos, mas também contradições diante de uma sociedade marcada pela sociabilidade capitalista. A estória gravita em torno de Saccard, um personagem que busca recursos para criar um banco em Paris:

Ao saltar da cama, havia finalmente achado o nome dessa empresa, o letreiro que procurava havia tempos. As palavras “Banco Universal” haviam subitamente flamejado diante dele, como se fossem letras de fogo, no quarto ainda escuro. – O Banco Universal – não parou de repetir, enquanto se vestia – , o Banco Universal, é simples, é grandioso, engloba tudo, recobre o mundo... Sim, sim, excelente! O Banco Universal! (Zola, 2020, p. 83).

Aqui, o universal pode ser lido como o modo de produção capitalista, o primeiro a alcançar distintos territórios, inquirindo a diferentes culturas que se submetam às relações sociais de produção promovidas pela burguesia, como nos lembram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (Marx; Engels, 2010, p. 44).

A estratégia de Saccard na criação do Banco Universal é a formação de uma sociedade com acionistas que injetam recursos no Banco para criar um capital inicial para o financiamento de projetos de expansão imperialista da França no Oriente Médio. A lógica era atrair pequenos e médios poupadores, que teriam acesso a rendimentos fáceis e rápidos. Para isso, mobiliza jornais para a disseminação de rumores sobre o banco, no intuito de atrair investidores.

Um dos elementos centrais do texto é abordado por Zola no tocante à sociabilidade capitalista cristalizada na forma dinheiro. Este se autonomiza, aparentemente, das relações sociais de produção, sendo considerado uma entidade mística que possui valor em si, dando a sensação aos seus possuidores e acumuladores que eles são os reais produtores da materialidade da vida no modo de produção capitalista.

Além de demonstrar toda uma forma de conduzir a sociedade francesa por meio da exibição dos interesses políticos e econômicos, a exemplo do acesso às informações privilegiadas de mercado, temos o desvelamento de uma França formada por toda uma massa de trabalhadores e de trabalhadoras subjugada pela força do capital. A exemplo do personagem Dejoie, um funcionário de escritório que vivia sozinho com a filha Nathalie, o qual almejava a quantia de seis mil francos para ofertar como dote de casamento de sua filha. O ímpeto da especulação na bolsa de valores fez com que Dejoie se aventurasse nas turvas apostas, chegando a perder suas economias e deixando a filha sem o almejado dote:

Se tivesse vendido assim que minhas oito ações me dessem os seis mil francos do dote, ela estaria casada agora. No entanto, não é mesmo?, subiam ainda e pensei em mim, de início quis seiscentos, depois oitocentos, depois mil francos de renda, tanto mais que a pequena herdaria esse dinheiro mais tarde... E pensar que, por um momento, na cotação de três mil francos, eu tive na mão vinte e quatro mil francos, com o qual daria seu dote de seis mil francos e poderia aposentar-me com novecentos francos de renda. Não! Eu queria mil, é muito estúpido! E agora tudo consiste em apenas duzentos francos... Ah! A culpa é minha, deveria me atirar na água! (Zola, 2020, p. 357).

Um dos motivos da queda do Universal foi a realização de operações fraudulentas, mediante as quais o banco emitia ações próprias de modo a comprá-las por intermédio de pessoas que apareciam como laranjas, ou seja, que de fato não eram as compradoras das ações, promovendo assim o crescimento do preço delas sem correspondente concreto, dando a falsa sensação de que estas eram valorizadas. Para dona Caroline, uma das personagens centrais do livro, que também morava na residência na qual Saccard se hospeda, e seu irmão, Hamelin, um engenheiro que desenvolve obras no Oriente, vítimas das manobras especulativas, as operações fraudulentas do Universal sempre foram motivos de preocupação. Após a prisão de Saccard por tais práticas, ela apenas teria confirmado a aplicação do golpe do banco para com seus acionistas:

[...] dona Caroline havia composto uma lista de desastres. A catástrofe do Universal foi um desses abalos terríveis que sacodem uma cidade inteira. Nada permaneceu a prumo e sólido, as crateras atingiram as casas vizinhas, havia novos desmoronamentos todos os dias. Um após os outros, os bancos desabaram, com o estrondo brusco do colapso de paredes que permaneceram de pé após um incêndio [...] Após a derrota, ela contava seus mortos. Não havia apenas o pobre Dejoie, os Maugendres imbecis e deploráveis, as tristes senhoras de Beauvilliers, tão pungentes. Ficou transtornada com outro drama, a falência do fabricante de seda Sédille, declarada na véspera. Aquele homem, que havia visto em ação como administrador, o único do conselho, dizia, a quem daria dez centavos, ela o declarava o mais honesto dos homens. Que coisa assustadora, a paixão pelo jogo! Um homem que havia levado trinta anos para fundar com seu trabalho e sua probidade uma das empresas mais sólidas de Paris e que, em menos de três anos, acabava de estragá-la, corroê-la, a ponto de, com um só golpe, ela ter-se desfeito em pó! (Zola, 2020, p. 365).

No marco da totalidade, devem-se considerar não apenas os elementos econômicos, mas também os políticos e sociais. Entendemos, no decorrer da obra, que Zola, a seu modo, tece uma crítica ao capitalismo e à formação do capital bancário, da bolsa de valores, da especulação e da submissão do homem ao imperativo do dinheiro. As relações sociais passam a ser mediadas por interesses utilitaristas, de quanto o outro pode oferecer recursos e possibilidade de influência e de acesso ao dinheiro. No tópico a seguir, exploraremos alguns elementos da obra, contudo, redirecionando nossa avaliação para os elementos da crítica da economia política, especialmente aqueles levantados por Karl Marx.

## **MARX E A FORTUNA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: O DINHEIRO PARA ALÉM DA APARÊNCIA**

Por economia política compreendemos uma ciência que estuda as leis que atuam na produção e na troca associadas à vida material de uma sociedade. Estas leis não são naturais e imutáveis: elas compreendem formas de organização social, de um tempo histórico e das classes sociais (Engels, 2017). Desse modo, numa sociedade as pessoas criam condições de reprodução social mediante o trabalho. Como se executa determinada tarefa, o uso de ferramentas, a repartição da riqueza social produzida e a forma de consumo imprimem fenômenos que chamam a atenção desta área do saber (Luxemburgo, 2019). Consoante o pensamento do economista polonês Oskar Lange (1904-1965),

a economia política pode ser definida como a “ciência das leis sociais que regem a produção e a distribuição de bens materiais para atender às necessidades humanas” (Lange, 1981, p. 49).

Entende-se, a partir das premissas apontadas sobre a economia política, que esta é uma ciência que trata de relações sociais de produção, sendo, portanto, uma ciência social que apresenta como foco de análise a sociabilidade humana mediante os elementos da produção, distribuição e consumo. É preciso destacar que este nome não aparece hoje nos cursos de graduação, estes possuindo apenas a nomenclatura de Economia, apresentam uma formação baseada em modelos matemáticos e estatísticos, na escolha supostamente racional dos indivíduos no mercado e na exclusão das questões políticas e sociais da análise, não se evidenciando a construção histórica da sociedade.

Karl Marx foi um dos precursores a realizar uma crítica sobre a própria economia política do seu tempo, dialogando com autores como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) e lançando críticas aos apontamentos desses autores sobre o capitalismo. É importante destacar, conforme constatamos, que a obra de Zola foi lançada num período de transformações promovidas pela modernização capitalista. Como naturalista, sua escrita e estilo literário remetem aos aspectos animalescos dos indivíduos, dedicando especial atenção à descrição dos ambientes e às questões da Ciência. Nesse sentido, a ascensão do capitalismo junto ao ideário liberal é examinada a partir da exposição dos interesses individualistas dos personagens, tornando o egoísmo e a busca por acumulação de capital um meio em si, a exemplo do que ocorreu com as apostas na bolsa de valores em torno das ações do Banco Universal.

Sendo assim, do ponto de vista de uma crítica da economia política podemos encontrar nas elaborações de Marx reflexões sobre esta sociabilidade que o livro de Zola reflete. Um dos aspectos basilares que encontramos n’*O Capital* é a teoria do valor-trabalho, desvelada mediante a análise crítica da sociabilidade capitalista. No diálogo com autores a exemplo de Ricardo, evidencia que o valor das mercadorias é oriundo da força de trabalho: “A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais” (Marx, 2013, p. 117).

Na crítica realizada por Marx, o fato de o trabalhador estar separado dos meios de produção o tornou livre duplamente: tanto livre desses meios de produção, quanto livre para vender sua força de trabalho (Marx, 2010). Além desse fator, o processo de acumulação primitiva engendrado pelo cercamento dos territórios e da imposição de leis para com os camponeses obrigou esses a se desvincularem da terra para venderem força de trabalho à burguesia, detentora dos meios de produção (Marx, 2013; 2017).

Se em Zola o dinheiro aparece como um deus a ser perseguido pela aristocracia francesa, e especialmente pela fração da burguesia financeira, podemos perceber uma explicação lógica e histórica em Marx n’*O Capital*, especialmente na Seção I (mercadoria e dinheiro) e na Seção II (transformação de dinheiro em capital), em que o dinheiro é entendido como uma mercadoria que apresenta como especificidade o fato de poder ser uma medida de valor, funcionando como equivalente universal das mercadorias e, portanto:

A forma de valor relativa simples ou isolada de uma mercadoria transforma outra mercadoria em equivalente individual. A forma desdobrada do valor relativo, essa expressão do valor de uma mercadoria em todas as outras mercadorias, imprime nestas últimas a forma de equivalentes particulares de diferentes tipos. Por fim, um tipo particular de mercadoria recebe a forma de equivalente universal porque todas as outras mercadorias fazem dela o material de sua forma de valor unitária, universal (Marx, 2013, p. 143).

É neste sentido que a forma necessária de manifestação da medida de valor das mercadorias seria o tempo de trabalho empregado. Na aparência, o dinheiro esconde toda uma relação social mediada pelo trabalho, cuja essência encontra-se na lógica de funcionamento do capital que imprime uma falsa sensação de autonomização das mercadorias produzidas, como se elas se autoproduzissem. O dinheiro desempenha uma função de equivalente universal entre as mercadorias, apresentando em si a característica de possuir o monopólio social (Marx, 2013).

Uma das questões que informam o caráter misterioso da forma-mercadoria, e com isso incluímos a mercadoria-dinheiro, é que ela reflete aos homens os aspectos do trabalho, imprimindo uma relação social dos produtores com o trabalho total abstraído e aparecendo como uma relação entre objetos que teriam vida própria (Marx, 2013). Na trama apresentada por Zola, esse caráter aparece numa espécie de feitiço, em virtude do qual o dinheiro se autonomiza na geração de mais dinheiro. Percebemos isso quando Saccard mostra seu ensejo de ser um negociante na bolsa de valores, de fazer o dinheiro trabalhar para o enriquecimento de seu banco, conforme podemos observar a seguir:

Enfim, senhor – continuou a condessa –, estou decidida a algo que me repugnava até agora... Sim, a ideia de fazer o dinheiro trabalhar, aplicá-lo a juros, nunca entrou em minha cabeça: maneiras antigas de compreender a vida, escrúpulos que se tornam um tanto tolos, eu sei; mas, o que o senhor quer? Não se vai facilmente contra as crenças que sugamos com o leite, e eu imaginava que apenas a terra, a grande propriedade, deveria alimentar gente como nós... Infelizmente, a grande propriedade... – Enrubesciu ligeiramente, porque chegava à confissão dessa ruína que dissimulava com tanto cuidado. – A grande propriedade não existe mais... Fomos fortemente postos à prova... Resta-nos somente uma fazenda (Zola, 2020, p. 129).

Saccard comenta que a fortuna fundiária seria anacrônica, uma estagnação do dinheiro, e que o mercado financeiro da bolsa de valores faria com que este mesmo dinheiro apresentasse uma duplicação superior quando comparado à produção fundiária:

– Mas, senhora, ninguém mais vive da terra... A velha fortuna fundiária é uma forma anacrônica de riqueza, que deixou de ter razão de existir. Era a própria estagnação do dinheiro, cujo valor decuplicamos ao lançá-lo em circulação, e por meio do papel-moeda, e de todos os tipos de títulos, comerciais e financeiros. É assim que o mundo será renovado, porque nada é possível sem dinheiro, dinheiro líquido que escoar, que penetra em toda a parte, nem as aplicações da ciência, nem a paz final, universal... Oh! A fortuna fundiária! Juntou-se às caravelas. Morre-se com um milhão em terras, vive-se com um quarto desse capital aplicado em bons negócios, a quinze, vinte, mesmo trinta por cento (Zola, 2020, p. 129).

Dessa forma, o dinheiro é visto pelos personagens como um mero receptáculo de valor de troca, não considerando, nesse processo, a origem de seu valor real atrelado às relações sociais

de produção, como é lógico. Por isso que a ligação entre o aspecto concreto do imperialismo como fenômeno político, social e econômico do século XIX necessitou de espaços para a valorização do valor, uma vez que o entesouramento em si, se não encontra aplicação, promove a quebra da circulação do capital:

A mercadoria é vendida não para comprar mercadoria, mas para substituir a forma-mercadoria pela forma-dinheiro. De simples meio do metabolismo, essa mudança de forma converte-se em fim de si mesma. A figura alienada [entäusserte] da mercadoria é impedida de funcionar como sua figura absolutamente alienável [veräusserliche], ou como sua forma-dinheiro apenas evanescente. Com isso, o dinheiro se petrifica em tesouro e o vendedor de mercadorias se torna um entesourador (Marx, 2013, p. 204).

Para Saccard, a especulação é essencial na geração de riqueza, uma vez que esta prática assegura negociações, e arriscar especular com a promessa de rendimentos futuros seria um benefício, conforme dialoga com dona Carolina:

– Pois bem! Sem especulação, não haveria negócios, cara amiga... Por que diabo quer que eu pegue meu dinheiro, arrisque minha fortuna, se não me prometer um benefício extraordinário, uma felicidade súbita que me leve ao céu?... Com a remuneração legítima e medíocre do trabalho, o equilíbrio bem-comportado das transações cotidianas, a existência é um deserto com uma monotonia extrema, um pântano onde todas as forças dormem e apodrecem; então faça brilhar violentamente um sonho no horizonte, prometa que com um centavo serão ganhos cem, proponha a todos esses homens adormecidos que saiam à caça do impossível, milhões conquistados em duas horas, em meio a terríveis perigos; e a corrida começa, as energias são decuplicadas, a agitação é tamanha que, transpirando unicamente pelo prazer, as pessoas chegam a gerar crianças, quero dizer coisas vivas, grandes e belas... Ah! Virgem! Há muita sujeira inútil, mas certamente o mundo acabaria sem ela (Zola, 2020, p. 139).

Pela especulação mediante a bolsa de valores o dinheiro possui uma aparência de autonomização, como se num salto mágico ele gerasse mais dinheiro. Por isso que em Marx (2013) o dinheiro é desprovido de limites, ao mesmo tempo em que é limitado, demonstrando sua própria contradição:

O impulso para o entesouramento é desmedido por natureza. Seja qualitativamente, seja segundo sua forma, o dinheiro é desprovido de limites, quer dizer, ele é o representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria. Ao mesmo tempo, porém, toda quantia efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, sendo, por isso, apenas um meio de compra de eficácia limitada. Tal contradição entre a limitação quantitativa e a ilimitação qualitativa do dinheiro empurra constantemente o entesourador de volta ao trabalho de Sísifo da acumulação. Com ele ocorre o mesmo que com o conquistador do mundo, que, com cada novo país, conquista apenas mais uma fronteira a ser transposta (Marx, 2013, p.206).

Esta insaciabilidade é enxergada por Zola na forma fraudulenta como as ações do banco Universal são manipuladas para parecerem valorizadas e rentáveis aos especuladores, de modo que esse desejo de conquistar novas fronteiras de valorização levou Saccard à contradição de artificializar ações do próprio banco. Marx nos mostra que, desde o nascimento dos grandes bancos, estes representam os interesses de especuladores privados para a valorização do capital, as quais, ao mesmo tempo, se vinculam com títulos nacionais (Marx, 2013).

Na constituição do capital bancário, este é formado pelo dinheiro em espécie, ouro ou cédulas; e de títulos de valor (títulos comerciais, letras de câmbio, títulos públicos). Esta composição bancária se subdivide em capital que o banqueiro utiliza para investimentos e em depósitos que formam o seu capital emprestado. Isoladamente e sem nenhuma mediação, essas formas não teriam nenhum rendimento, sendo a forma do capital portador de juros o efetivo responsável pelo rendimento do capital bancário. Dessa maneira, o rendimento monetário é convertido na forma de juros, de modo que o capital portador de juros traduza a soma de valor que surge como capital (Marx, 2017).

No entanto, como é um fenômeno relacional, precisamos entender que, se para Saccard as ações do Banco Universal produzem mais dinheiro, do ponto de vista das relações sociais de produção e da força de trabalho empregada na produção das mercadorias, isto remete ao tempo de trabalho gasto que verdadeiramente produz o valor. Não considerar esse fator nas análises sobre a complexidade das teias que tecem o capital como relação social é, na interpretação de Marx, uma insanidade:

A insanidade da concepção capitalista atinge aqui seu ponto culminante: em vez de explicar a valorização do capital pela exploração da força de trabalho, procede-se do modo inverso, elucidando a produtividade da força pela circunstância de que a própria força de trabalho é essa coisa mística que se chama capital portador de juros (Marx, 2017, p. 523).

Semelhante ao Banco Universal e às fraudes realizadas por Saccard para valorização das ações, Marx cita o exemplo de companhias ferroviárias de mineração e de navegação para demonstrar que, em que pese contarem com um capital real investido pelos acionistas, tal capital não existe duas vezes – títulos de propriedade e capital realmente investido: ele só existe de fato como capital investido, sendo a ação comprada pelos acionistas, como se percebe no romance de Zola:

[...] não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar pro rata [proporcionalmente] no mais-valor que aquele capital vier a realizar. A pode vender esse título a B, e B, a C. Essas transações não alteram em nada a natureza do problema. Com isso, A ou B converteram seu título em capital, mas C converteu seu capital em mero título de propriedade sobre o mais-valor que se espera do capital acionário (Marx, 2017, p. 524).

No romance de Zola, Saccard e os personagens se comportam diante da bolsa de valores de Paris, e das ações, como detentores de títulos que auferem rendimentos de forma mágica, como se os papéis por si só trabalhassem para seus possuidores. Todavia, em essência, esse movimento das ações se forma independente desses títulos, de modo a reforçar a aparência de um capital real, considerando que eles se tornam mercadorias que apresentam preços próprios. Um exemplo prático desta correlação é dado por Marx quando analisa o valor real de mercado das ações de uma empresa, que difere do valor normal (que não considera as variações das flutuações inflacionárias):

Seu valor de mercado é determinado diferentemente de seu valor nominal, sem que se altere o valor (ainda que se possa alterar a valorização) do capital real. Por um lado, seu valor de mercado flutua com o montante e a confiabilidade dos rendimentos sobre os quais conferem título legal. Se o valor nominal de uma ação, isto é, da soma desembolsada que a ação originalmente representa, é de £100, e a empresa

gera 10% em vez de 5%, seu valor de mercado, mantendo-se constantes as demais circunstâncias e com uma taxa de juros de 5%, aumentará para £200, pois, capitalizada a 5%, a ação representa um capital fictício de £200. Quem a comprar por £200 obterá 5% de renda sobre esse investimento de capital. E o contrário ocorrerá quando diminui o rendimento da empresa. O valor de mercado desses papéis é, em parte, especulativo, pois não depende somente dos ganhos reais, mas também dos ganhos esperados, calculados por antecipação. Se pressupomos como constante a valorização do capital real ou, onde não existe capital, como no caso da dívida pública, se pressupomos a renda anual como fixada por lei e também antecipada com suficiente segurança, temos que o preço desses papéis aumenta ou diminui na razão inversa da taxa de juros (Marx, 2017, p. 525).

Quando o mercado monetário enfrenta dificuldades devido a algum fator interno, como a descoberta de alguma fraude, ou eventos como guerras, pandemias e crises financeiras, as ações encontram dificuldades para elevação de seus valores pela especulação monetária. Podemos observar isso na decaída do Banco Universal uma vez que, ao procurar elevar o valor das ações artificialmente, Saccard criou uma ilusão em termos de valorização pelo aumento da procura dessas, mas por agentes que não existiam de fato, ou seja, era o próprio banco que estava adquirindo seus próprios papéis fraudulentamente. Isso gerou no mercado uma bolha especulativa no sentido de fazer parecer que as ações do Universal estavam valorizadas e trariam rentabilidade aos seus detentores.

Quando a operação fraudulenta foi descoberta, entende-se que os títulos das ações foram desvalorizados, de modo que os investimentos realizados pelos acionistas perderam o valor. Na contemporaneidade, a crise econômica de 2008 demonstrou essa realidade com a bolha imobiliária nos Estados Unidos. Nessa ocasião, bancos como o Lehman Brothers no intuito de aquecer o mercado e acelerar a venda de imóveis, lançaram créditos no mercado, ocasionando um falso aquecimento do mercado devido ao endividamento familiar (Tonelo, 2021).

As dificuldades de realização do capital e manutenção de sua dominância não são tão recentes assim. O economista estadunidense Michael Roberts (2009) recorda que, desde a década de 1970, por exemplo, as classes dominantes, especialmente aquelas vinculadas ao capital financeiro, têm promovido avanços sobre direitos sociais como uma forma de alavancar uma maior rentabilidade e lucro. Nessa década, temos o ascenso do neoliberalismo como uma forma de manifestação do capitalismo, pautado na hegemonia do capital financeiro, das bolsas de valores e dos banqueiros em todo o mundo.

Um dos pontos relevantes que revisita este debate é o modo de sociabilidade capitalista que necessita da força de trabalho para sua reprodução. Se esta tem como peculiaridade produzir valor numa sociedade, percebemos, a partir da leitura do romance de Zola, o apagamento do trabalho como condição central, e o redirecionamento da valorização para a esfera especulativa e dos juros. Quando uma empresa vende ações para captar recursos no mercado financeiro de modo a distribuir parte dos lucros entre os acionistas, não se deve perder de vista os elementos políticos envoltos na lógica capitalista que reproduz a financeirização. Além desse aspecto, é preciso salientar a defesa dos interesses de classe, como observamos no romance de Zola, uma vez que Saccard percebeu uma oportunidade a partir do desejo de produção de valor na esfera especulativa de muitos dos acionistas que adquiriram as ações do Universal. A defesa da

liberdade do fluxo financeiro, do mercado e do lucro vem alicerçada no apagamento do trabalho e no esquecimento das mazelas sociais promovidas por essa própria lógica de acumulação.

É nesse cenário que se presencia em países como o Brasil a realização de contrarreformas como a trabalhista e a previdenciária, executadas sob os auspícios do neoliberalismo e da hegemonia do capital financeiro. Essas ações também impactam para a extração de mais-valor dos trabalhadores por intermédio da flexibilização e de novas formas de exploração, como a uberização (Sanson; Vitullo, 2024; Trindade, 2024).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura analisada pelo prisma crítico fornece elementos para refletirmos sobre as relações sociais de produção, vida cotidiana e sociabilidade nos marcos do capitalismo. Essa análise permite à sociologia a apreensão de peculiaridades relacionadas a fenômenos sociais, políticos e econômicos devido a seu aporte teórico-metodológico.

No romance analisado observamos como a forma dinheiro acaba sendo um elemento central na análise da sociabilidade capitalista, vinculando a conformação de relações intersubjetivas mediadas pela acumulação e pelo entesouramento. Conforme constatamos, o Banco Universal e o personagem Saccard representam como a burguesia está posicionada em busca da valorização do capital e como, diante da formação de monopólios, investe em formas de opressão de classe, expansão neocolonial e na junção dos distintos capitais sob a hegemonia do capital financeiro, tendo os bancos e as bolsas de valores como elementos-chave desse processo.

Desvelamos também que o trabalho não aparece como uma categoria geradora de valor, sendo o dinheiro uma entidade abstrata e autônoma dos indivíduos, uma forma de prêmio diante das altas e baixas das ações nas bolsas. Isso não tira o aspecto das fraudes, compra de informações privilegiadas e da especulação e da formação de bolhas que, ao estourarem, geram crises econômicas e sociais como a de 2008, com epicentro nos Estados Unidos e desdobramentos em escala mundial.

Outro elemento que chama a atenção é como a interpretação de Marx sobre o capitalismo ainda se mantém atual, especificamente ao pensarmos na composição do capitalismo, na hegemonia do neoliberalismo e da fração financeira como detentora dos poderes econômico e político. Cabe destacar que, se na literatura de Zola percebemos o início do imperialismo como fenômeno político e de classe, na atualidade tanto a leitura social do autor, quanto a de Marx a partir da crítica da economia política, permitem visualizar detalhes e elementos que nos ajudam a pensar não apenas o Brasil, a periferia do capitalismo, mas também países centrais que têm cada vez mais dificuldades em promover a realização do capital devido à contradição desta mesma sociabilidade, ao não procurar atender as reais necessidades humanas, mas perseguir a valorização do valor.

## REFERÊNCIAS

BRUE, Stanley. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 24, n.9, p. 803-809, 1972. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001022230>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Anti-dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

ENGELS, Friedrich .Engels à Margaret Harkness. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 67-69.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2001.p. 13-54.

LANGE, Oscar. **Economia**. São Paulo: Ática, 1981.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. O que é a economia política? In: NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério Fernandes.; CASTRO, Fabio. (orgs.). **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 51-117.

MARX, K Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo,2010.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K Karl. **O Capital-Livro 1** - Crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo 2015.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política**. s/l: LeBooks Editora, 2019.

ROBERTS, Michael. **The Great Recession**: Profit cycles, economic crisis - A Marxist view. Norderstedt: Book on Demand. 2009.

SANSON, Cesar; VITULLO, Gabriel E. As plataformas digitais revelam a ponta de lança de um novo padrão de relações de trabalho - Entrevista com Roberto Vêras De Oliveira. **Revista Cronos**, Natal, v. 25, n. 1, p. 153-161, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/36487>. Acesso em: 2 set. 2024.

TONELO, Iuri. No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Edições Iskra e Boitempo Editorial, 2021.

TRINDADE, Hiago. Subsunção real do trabalho ao capital e pauperização absoluta: Para entender o precariado. **Revista Cronos**, Natal, v. 25, n. 1, p. 46-63, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/35407>. Acesso em: 2 set. 2024.

ZOLA, Émile. **O dinheiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.